

Aprovado em reunião  
de 16 NOV, 2017

70

## ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

"Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido."

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de serem atualizadas todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2018, em 1.4%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2018 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2018-2021, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e submeter a proposta à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após parecer prévio pelo FAM, ao orçamento municipal para 2018, documentos que constituem parte integrante da presente ata.





VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

AS  
(70)

Aprovado em reunião

de 16 NOV. 2017

N.º Propostas/2017/367

### ASSUNTO:

Orçamento Municipal para o ano económico de 2018

### CONSIDERANDO QUE:

Foi necessário percorrer um doloroso caminho de ajustamento para enfrentar a forte crise económica e financeira que teve um contexto mundial e que se consta entre as mais longas e incisivas da história económica moderna;

Os reflexos da conhecida crise ainda se fazem sentir um pouco por todo o país e em concreto no nosso concelho, nomeadamente no lento crescimento da economia e na falta de liquidez ou no receio de arriscar no investimento de alguns agentes económicos, na quebra de receitas e no necessário incremento das medidas de apoio social;

As Autarquias, como as demais entidades públicas que dependem da arrecadação de taxas e impostos, sentiram e ainda sentem os reflexos da crise acima descritos.

Contudo, o MVRSA pretende continuar a assumir-se como um elemento determinante e decisivo no processo que visa debelar de vez os tempos difíceis;

É com esse objetivo que o MVRSA pretende prosseguir uma política de crescimento sustentável, de credibilidade e de confiança para continuar a atrair e ser parceiro em investimentos de monta que vêm ajudar a economia local, através da criação de postos de trabalho, diretos e indiretos, e de um fortalecimento geral de todo o tecido económico;

É indesmentível que mesmo em tempos mais adversos, o MVRSA sempre apostou em investimentos estruturantes, sempre pugnou por uma gestão do espaço público e de serviços urbanos de excelência, como é exemplo disso a renovação da imagem do centro histórico da cidade;

A estratégia passou sempre por desenvolver o concelho tornando-o melhor para viver e trabalhar, mas também para visitar;

Nos últimos meses de 2014 e até à presente data, como fruto do programa implementado, dos investimentos atraídos para o concelho e dos sacrifícios que todos assumidos, foram surgindo indicadores consistentes da recuperação económica;

Havia esperança que os sinais positivos da evolução económica do país se traduzissem numa evolução favorável das receitas a nível municipal;



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

Infelizmente a execução da receita da autarquia não correspondeu ao que era legitimamente esperado e previsto para 2017 obrigando-nos a uma gestão mais contida sobre as despesas correntes do Município e havendo a necessidade de impor regras e medidas de contenção de custos e aumento de receitas por forma a minimizar o impacto da quebra de liquidez imediata sofrida nestes últimos anos;

Neste contexto, o presente Orçamento Municipal continua a ser um orçamento marcado por fortes condicionalismos, reflexo da conjuntura económica que continua a afectar o País e que ainda é de uma recuperação lenta, por um lado, e pelas restrições a que o Município está sujeito pela candidatura ao PAEL e FAM, por outro.

É expectável que as dificuldades sociais se mantenham em 2018, o que representará, inevitavelmente, a manutenção das necessidades de apoio aos grupos mais desfavorecidos da população municipal, às quais a Autarquia não pode ficar indiferente.

Impera a regra da prudência que o POCAL exige na aplicação às receitas de variação irregular, como são as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas, o critério da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento. Podemos afirmar que existem sinais que indicam que a economia está a recuperar, criando assim a expectativa para o incremento de receita nalgumas rubricas.

No seguimento do Plano de Ajustamento Financeiro consubstanciado na Candidatura ao Programa I do Programa de apoio à economia local (PAEL), previsto na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António a 2012/10/03, o orçamento municipal para o exercício de 2016 ficou condicionado pela candidatura ao PAEL, onde tiveram de ser cumpridos requisitos legais que obrigam a uma redução na despesa e optimização da receita.

Decorreu um longo período temporal entre a candidatura ao PAEL e a atribuição por parte do Tribunal de Contas dos Vistos para os empréstimos aprovados. Por isso, o Município incorreu em despesas decorrentes do atraso dos pagamentos de dívida incluída no processo do PAEL e outras despesas, ao longo dos últimos anos que tiveram por base uma previsão receita (p.e. a venda de terrenos), mas que, dada a conjuntura económica, acabaram por não ocorrer.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM).



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

Na elaboração do orçamento municipal 2018, releva-se, em termos de contexto, a execução do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) aprovado nas sessões de câmara de 25-05-2015, 01-09-2015 e 29-09-2015, decorrente da adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do artigo 24.º da Lei 53/20154, de 25 de agosto, o qual foi aprovado pela Direcção Executiva do FAM (sobre a versão aprovada pela Câmara a 29-09-2015) no dia 1 de Abril de 2016 e com visto do Tribunal de Contas datado de dia 11 de Outubro do presente ano.

O disposto no artigo 17º da Lei nº53/2014, de 25 de agosto, a contribuição total do Município para o capital social do Fundo de Apoio Municipal ascende a € 817 199,48, o montante da realização correspondente ao ano de 2018 ascende a € 116.743,00. Verba essa que é desviada do orçamento Municipal e por conseguinte do Município e munícipes que se vêm privados da mesma, para a constituição do referido fundo.

A adesão do Município ao Fundo de Apoio Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto.

A aprovação da proposta do Programa de ajustamento municipal (PAM) na sessão de Câmara de 19 de setembro de 2015, contendo as alterações sugeridas pela equipa técnica do FAM.

As medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição programada da dívida do Município, incluídas no PAM e que visam:

- a. o reequilíbrio orçamental, nomeadamente, através da redução de despesa e otimização da receita;
- b. a reestruturação da dívida financeira (através da redução substancial de spread nos empréstimos do Reequilíbrio financeiro e consequente redução dos encargos financeiros) e da dívida não financeira (com o escalonamento da dívida a fornecedores); e
- c. a assistência financeira sob a forma de empréstimo (para liquidar dívida incluída no PAM) e da prestação de garantias (condição exigida pelas instituições bancárias para a redução do spread nos empréstimos do Reequilíbrio Financeiro).

A aprovação do PAM e da assistência financeira, sob a forma de empréstimo e prestação de garantias, por parte da Direcção Executiva do FAM, tornou-se essencial para a prossecução dos objetivos definidos no Plano.



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

O PAM evidencia uma necessidade líquida de financiamento no montante de até €19.619.907,20 (inclui € 15.833.589,90€ para liquidar dívida transitada e € 3.786.317,30 para processos em contencioso com probabilidade de reconhecimento e pagamento por parte do Município).

O orçamento para o ano de 2018, apresenta o valor total de € 29.218.563 (vinte e nove milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e três euros), decompõe-se da seguinte forma:

- Orçamento de base zero (€ 24.896.311)
- Orçamento correspondente ao financiamento do Fundo de Apoio Municipal durante o ano de 2018 (até ao montante máximo de €4.322.252).

O orçamento da despesa apresenta uma diminuição na despesa face ao ano de 2017. Este decréscimo no valor em orçamento resulta do desembolso da 2ª tranche do Empréstimo no âmbito do FAM, que se realizou em Maio de 2017, e que por consequência reduziu o montante do empréstimo FAM a orçamentar em 2018 pois apenas ficou inscrito o desembolso da 3ª e ultima tranche do empréstimo (caso não seja disponibilizado até final de 2017) bem como o montante previsto de desembolso dos processos de passivos contingentes a decorrer em Tribunal no valor total máximo de 3.285.014,90€.

O calendário orçamental previsto no artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que determina “o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte. Nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse.”.

O Município acedeu a um PAM, a proposta de orçamento municipal está sujeita a parecer prévio do FAM, de acordo com o n.º 1 do artigo 31º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, antes de ser submetido à aprovação da assembleia municipal.

### PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A atualização de todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2018, em 1.4%.

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

70

Plano Plurianual para o ano económico de 2018 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2018-2021, previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro. Submeter esta proposta à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após parecer prévio pelo FAM, ao orçamento municipal para 2018.

Vila Real de Santo António, 14 de Novembro de 2017

A Presidente da Câmara Municipal

Maria da Conceição Cipriano Cabrita